

HABEAS CORPUS Nº 568.785 - RN (2020/0074693-4)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : ANDRE LUIZ DE MEDEIROS JUSTO
ADVOGADO : ANDRÉ LUIZ DE MEDEIROS JUSTO - RN004727
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PACIENTE : KAUA PEREIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

DECISÃO

O paciente alega sofrer coação ilegal em decorrência de acórdão do Tribunal de origem.

Requer, liminarmente, o direito de recorrer em liberdade da sentença, prolatada em 21/9/2018, que o condenou a 14 anos e 6 meses de reclusão, em regime inicial fechado, mais multa, pela prática dos delitos descritos nos arts. 33, 35, da Lei n. 11.343/2006 e 12 da Lei n. 10.826/2003. Faz alusão, ainda, à pandemia causada pelo Coronavírus.

O pedido de urgência não comporta acolhimento.

Registro não desconhecer a **Recomendação n. 62/2020 do Conselho Nacional de Justiça**, que estipula medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus no âmbito dos sistemas de justiça penal e recomenda a reavaliação das prisões provisórias.

No entanto, essa recomendação **não reflete uma diretriz obrigatória no sentido de se ter de soltar, irrestritamente, todos aqueles que se encontram presos provisoriamente**, mas sim, um elemento interpretativo a ser levado em consideração em cada caso concreto, tendo-se em conta o trazido aos autos por cada parte interessada.

Estabelecida essa premissa, penso que tal recomendação não afasta, especificamente no caso dos autos, a necessidade de manutenção da prisão preventiva, notadamente porque o Magistrado sentenciante, **negou ao paciente e ao corréu o direito de apelar em liberdade**, pois, "permaneceram presos durante toda persecução criminal e que ainda permanecem válidos os motivos que ensejaram os decretos de suas custódias cautelares" (fl. 92).

Superior Tribunal de Justiça

Deveras, no momento em que foi decretada a prisão preventiva do ora insurgente, o Juízo de primeiro grau, salientou: "em que pese os autuados apresentem 'neste Estado' bons antecedentes e sejam primários, a **quantidade de droga apreendida** revela neste momento que a ordem pública merece ser resguardada da prática de condutas assemelhadas à apresentada nestes autos" (fl. 39). Os autos apontam a apreensão de **18 kg de cocaína e 4,900 kg de fenacetina**, além de duas balanças de precisão, cadernos com anotações de contabilidade, vários celulares (fl. 70).

Tais circunstâncias, a um primeiro olhar, evidenciam a presença de **motivação idônea, baseada em elementos concretos dos autos, para justificar a manutenção da custódia preventiva do réu, diante dos indícios de habitualidade do comércio espúrio, dada a quantidade de droga apreendida.**

À vista do exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora, com esclarecimentos sobre a data da distribuição do recurso de apelação da defesa e os demais andamentos processuais em segunda instância, **via malote digital.**

Em seguida, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**